

RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.588 - SP (2014/0164012-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**
ADVOGADO : **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF**
RECORRIDO : **MARIA DIOMIRA DA CONCEIÇÃO**
ADVOGADO : **EUNICE PEREIRA DA SILVA MAIA - SP067538**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial manejado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, na vigência do Código de Processo Civil de 1973 e com fundamento nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 337):

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO SEM ANOTAÇÃO EM CTPS. SENTENÇA TRABALHISTA. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PRESCRITAS.

- Em regra, o tempo de contribuição, reconhecido em sentença trabalhista e sobre o qual foram recolhidas as contribuições, deve integrar os salários-de-contribuição. Precedentes do E. STJ.
- Excepcionalmente, no caso em tela, justifica-se o reconhecimento do tempo de serviço ainda que não tenha havido recolhimento das contribuições sociais devidas pelo Município de Brejo dos Santos - PB.
- A sentença trabalhista foi proferida em 02.10.1998, quando as contribuições sociais referentes ao período de 01.02.1976 a 31.03.1985 já haviam sido alcançadas pela prescrição.
- Ademais a sentença trabalhista é anterior à EC 45/2004, que atribuiu à Justiça do Trabalho a competência para execução das contribuições sociais.
- Apelação improvida.

Os embargos de declaração opostos (e-STJ, fls. 340-348) tiveram provimento negado, nos termos da decisão às e-STJ, fls. 351-357.

Nas razões do especial, sustenta a parte, em suma, violação do disposto nos arts. 472 e 535 do CPC/1973; 55, § 3º, da Lei n. 8.213/1991, sob a assertiva de que houve omissão/contradição no acórdão recorrido e impossibilidade de reconhecimento de tempo de labor com base em reclamatória trabalhista não fundamentada em início de prova documental, bem como de sua imposição a quem dela não tenha participado como parte.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 368).

Admitido o recurso na origem (e-STJ, fls. 370-372), os autos subiram a esta Corte Superior.

É o breve relatório.

Observa-se que o Tribunal de origem foi provocado, por meio de apelação e de embargos de declaração, a manifestar-se quanto à insuficiência, como meio de prova, da decisão da reclamação trabalhista não fundamentada em início de prova material do tempo de labor que se pretende computar, nestes termos (e-STJ, fl. 345):

Importante esclarecer que está a parte autora nos presentes autos buscando RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO, TRAZENDO COMO ÚNICA PROVA DOCUMENTAL UMA SENTENÇA TRABALHISTA, onde o réu nem mesmo contestou o pedido, sendo, inclusive, decretada a revelia.

Conforme afirmado, não nos é possível saber se a referida sentença fundamentou-se em provas materiais, pois não houve defesa por parte do reclamado/réu.

Destarte a mesma não pode ser aceita pois é pacífico na jurisprudência do STJ que a sentença trabalhista só pode ser considerada COMO INÍCIO DE PROVA MATERIAL desde que fundamentada em elementos que demonstrem o exercício das atividades desenvolvidas e o período alegado.

Revendo os acórdãos da apelação e dos embargos de declaração, observa-se que o Tribunal de origem nada manifestou quanto à necessidade de fundamentação da sentença trabalhista em início de prova material, estando, pois, configurada a omissão alegada.

Prejudicadas as demais questões.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, a fim de, reconhecendo a presença de omissão no acórdão recorrido, determinar a remessa dos autos à origem para novo julgamento dos embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator